



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Doutoramento – Direitos Fundamentais

1. Nome da Unidade curricular:

Regulação Digital e Direitos Fundamentais

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual ☐

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

PEDRO LOMBA

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N.A.

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

A Internet é hoje um espaço ubíquo onde os cidadãos vivem e interagem, formam as suas opiniões, partilham dados realizam as suas atividades. A Internet é também um espaço onde novas tecnologias e poderes – poderes digitais – se desenvolveram de forma global, competindo severamente com o poder dos Estados. *A Internet tornou-se, assim, um domínio em busca das suas regras, sociais e jurídicas, o que explica o mais recente movimento em torno do denominado Direito Constitucional digital.*

É este o ponto de partida para o nosso curso: uma introdução à **Regulação Digital** e à **proteção das liberdades e direitos fundamentais**. Sem dúvida que o processo de constitucionalização da Internet e das tecnologias digitais está a ser concretizado através de novas formas e mecanismos de proteção dos direitos fundamentais. O objetivo deste curso é percorrer dogmaticamente estes direitos, numa perspetiva normativa e jurisprudencial e apresentando uma primeira análise sistemática dos novos instrumentos regulatórios a que Internet está hoje sujeita.

6. Conteúdos programáticos:

I – Aspetos gerais sobre a regulação da Internet

1. A infraestrutura da Internet
2. Conceções iniciais sobre a regulação da Internet
3. Visões críticas alternativas sobre a Internet
4. Estados e poderes digitais.
5. Poder normativo e personalização digital
6. Indivíduos e a proteção dos direitos na esfera digital.

II – Soberania digital e Jurisdição

7. Uma noção de soberania digital: aplicações
8. Ubiquidade da informação e a determinação da jurisdição
9. Europeização regulatória e nacionalização do *enforcement*

III – Princípios da Internet aberta

10. Liberdade e equidade no acesso e tráfego
11. Neutralidade da rede



12. Questões constitucionais sobre o zero-rating

IV – Existe um direito à Internet?

- 13. O debate sobre a constitucionalização de um direito (de acesso) à Internet
- 14. Crítica à criação do direito
- 15. A jurisprudência europeia em matéria de restrições à utilização da Internet
- 16. Pode alguém ser excluído da Internet?

V – Liberdade digital e isenções de responsabilidade

- 17. O ecossistema da Internet: níveis e camadas (infra-estrutura, distribuição, conteúdos)
- 18. Redes, plataformas e indivíduos: sobre a inexistência de obrigações gerais de vigilância
- 19. A responsabilidade dos prestadores de serviços intermediários
- 20. As novas regras do Regulamento dos Serviços Digitais

VI – Identidade individual e digitalização

- 21. A proteção da identidade no espaço digital
- 22. A digitalização da identidade pessoal
- 23. O novo Regulamento eIDAS.

VII – Liberdade de Expressão

- 24. Concepções gerais sobre a liberdade de expressão
- 25. A jurisprudência norte-americana sobre a liberdade de expressão na esfera digital
- 26. A jurisprudência europeia sobre a liberdade de expressão na esfera digital
- 27. Liberdade de expressão, desinformação e discurso violento
- 28. Liberdade de expressão e redes sociais
- 29. Moderação de conteúdos

VIII – Privacidade e proteção de dados

- 30. Privacidade e proteção de dados: distinções
- 31. Vigilância e o âmbito do direito à privacidade: desenvolvimentos jurisprudenciais recentes
- 32. Princípios constitucionais do Regulamento Geral de Proteção de Dados
- 33. Os direitos dos titulares dos dados (acesso, retificação, apagamento, limitação, portabilidade)
- 34. As ponderações de bens no Direito da proteção de dados pessoais
- 35. Conflito entre proteção de dados e liberdade de expressão
- 36. Direito à mobilidade dos dados e regras sobre localização de dados pessoais
- 37. As transferências internacionais de dados pessoais
- 38. Recolha e tratamento de metadados

IX – O direito ao esquecimento

- 39. A autonomização do direito ao esquecimento na esfera digital
- 40. O âmbito do direito ao esquecimento
- 41. Desenvolvimentos jurisprudenciais mais recentes

X – Liberdade dos media e serviços audiovisuais

- 1. Do *publishing* aos novos serviços audiovisuais: a reformulação do conceito constitucional de comunicação social
- 2. Conceitos fundamentais e o princípio da responsabilidade editorial
- 3. A Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual: os novos serviços audiovisuais (serviços audiovisuais a pedido e fornecedores de plataformas de partilha de vídeos)
- 4. Princípio do país de origem e determinação da jurisdição



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. Restrições de conteúdo, pluralismo mediático e proteção de públicos sensíveis
6. Liberdade de imprensa e a proposta de Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social

XI – Liberdade de criação intelectual

42. A liberdade de criação cultural na Internet: regras, limites e exceções
43. A comunicação ao público
44. As novas regras da Diretiva 2019/790 (UE) relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital, em particular o artigo 17.^o
45. O conflito entre propriedade intelectual e liberdade de expressão

XII – Liberdades públicas, publicidade online e direcionamento

46. A comercialização da Internet e a evolução da publicidade digital
47. Modelos de publicidade digital e o seu impacto na democracia e privacidade
48. A arquitectura das escolhas e preferências individuais
49. As novas regras do novo Regulamento dos Serviços Digitais
50. A revisão do e-privacy
51. Regras sobre direcionamento para os utilizadores de redes sociais
52. O Regulamento UE sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política

XIII - Proteção das “vulnerabilidades digitais”

47. Noção de vulnerabilidade digital
48. Sujeitos e públicos vulneráveis
49. Riscos sistémicos dos programas de vigilância
50. *Bias* e discriminação na aplicação dos sistemas algorítmicos
51. Deveres de proteção estadual em relação a instituições vulneráveis

XIV - Direitos dos cidadãos perante o Estado Digital

52. Estado e Administração digital
53. O princípio da legalidade automatizada e algorítmica
54. Procedimentos administrativos automatizados e algorítmicos
55. Decisões públicas automatizadas

XV – Direito à cibersegurança

56. O direito à segurança, integridade e confidencialidade dos sistemas de informação
57. A revisão da Diretiva NIS (a NIS2)
58. A abordagem transversal baseada no risco

XVII - Direitos face aos sistemas de Inteligência Artificial

59. Conceito jurídica de Inteligência Artificial e o AI Act
60. Tipos e modelos de Inteligência Artificial
61. Em especial, a Inteligência Artificial generativa
62. O direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a perfilagem
63. O direito à intervenção e explicação humana
64. O debate sobre a transparência algorítmica

XVIII – Conclusões do Curso

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos apresentados integram uma investigação transversal ao Direito Constitucional da Internet e à proteção dos direitos fundamentais na era digital.



8. Metodologias de ensino:

O ensino em modelo de seminário seguirá a seguinte metodologia:

1. Fase de lecionação (apresentação dos conteúdos da disciplina, de modo a suscitar nos alunos a participação e o interesse por temas e abordagens de investigação)
2. Fase de apresentação oral sobre um tema selecionado pelo aluno, o que constituirá a base do relatório escrito.
3. Fase de produção do relatório escrito

9. Avaliação:

A avaliação irá corresponder às ponderações dos elementos supra, nos seguintes termos:

- 20% para a fase 1;
- 30% para a apresentação da fase 2;
- 50% relatório escrito da fase 3.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O modelo de seminário aqui esboçado permitirá orientar as aulas em regime teórico-prático, sendo que os alunos não serão unicamente recetores passivos de conteúdos, mas terão à sua disposição casos judiciais, materiais de apoio e textos críticos. Poderão assim exercer uma aprendizagem ativa e desenvolver as suas competências e interesses de investigação. Procura-se, por outro lado, incentivar a criatividade, inovação e o interesse dos alunos por novas áreas da dogmática constitucional.

11. Bibliografia principal:

- MARTIN BELOV, *The IT Revolution and its Impact on State, Constitutionalism and Public Law*, Oxford: Hart Publishing, 2021.
- ORESTE POLLICINO, *Judicial Protection of Fundamental Rights on the Internet*, Hart, 2012
- ORESTE POLLICINO AND GRAZIELLA ROMEO, *The Internet and Constitutional Law: The protection of fundamental rights and constitutional adjudication in Europe*, Routledge, 2016
- GIOVANNI DE GREGORIO, *Digital Constitutionalism in Europe: Reframing Rights and Powers in the Algorithmic Society*, Oxford University Press, 2022
- FOLKERT WILMAN, *The Responsibility of Online Intermediaries for Illegal User Content in the EU and the US*, Elgar, 2020.
- ORESTE POLLICINO, MARCO BASSINI, GIOVANNI DE GREGORIO, *Internet Law and Protection of Fundamental Rights*, BOC, 2022.
- THOMAS WISCHMEYER / TIMO RADEMACHER (ed.), *Regulating Artificial Intelligence*, Springer, 2020
- ANDREW MURRAY, *The Regulation of Cyberspace Control in the Online Environment*, Routledge, 2007
- CARLOS BLANCO DE MORAIS, GILMAR FERREIRA MENDES, THOMAS VESTING, *The Rule of Law in Cyberspace*, Springer, 2022.
- ANDREJ SAVIN, *EU Internet Law* (3a ed.), Elgar, 2020

Também:

- HELEN NISSENBAUM "A Contextual Approach to Privacy Online", in *Daedalus*, Vol. 140, No. 4, Protecting the Internet as a Public Commons, MIT Press, 2011.
- ADRIENNE STONE e FREDERICK SCHAUER, *The Oxford Handbook of FREEDOM OF SPEECH*, Oxford University Press, 2021
- JACK M. BALKIN, "Free Speech in the Algorithmic Society: Big Data, Private Governance, and New School Speech Regulation", *University of California, Davis*, Vol. 51, 2018



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, "O Âmbito Constitucionalmente Protegido da Liberdade de Expressão", in Carlos Blanco de Moraes, Maria Luísa Duarte, Raquel Alexandra Brízida Castro (coordenação), *Media, Direito e Democracia*, Almedina, 2014.
- PEDRO LOMBA, *Liberdade de Expressão no Contexto Comercial: Comunicações comerciais e as fronteiras entre autodeterminação económica, competência pública e discurso público*, no prelo, 2022
- JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de Expressão – Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*, Coimbra Editora, 2002.

12. Observações:

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course Fundamental Rights

1. Curricular Unit Name:

Digital Regulation and Fundamental Rights

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐ Annual ☐

Work hours: _____

Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

PEDRO LOMBA

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

N.A.

5. Learning outcomes of the curricular unit:

The Internet has become a ubiquitous space where citizens live and interact, form their opinions, share data and carry out their activities. The Internet is also a space where new technologies and powers - digital powers - have developed globally, severely competing with the power of states. The Internet has thus become a domain in search of its own social and legal rules, which explains the latest movement around so-called digital constitutional law.

This is the starting point for our course: an introduction to **Digital Regulation and the protection of fundamental freedoms and rights**. There is no doubt that the process of constitutionalization of the Internet and digital technologies is taking shape through new forms and mechanisms for the protection of fundamental rights. The aim



of this course is to go through these rights dogmatically, from a normative and jurisprudential perspective, and to present an initial systematic analysis of the new regulatory instruments to which the Internet is now subject.

6. Syllabus:

I - General aspects of Internet regulation

1. Internet infrastructure
2. Initial concepts on Internet regulation
3. Alternative critical visions of the Internet
4. States and digital powers.
5. Normative power and digital personalization
6. Individuals and the protection of rights in the digital sphere.

II - Digital sovereignty and jurisdiction

7. A notion of digital sovereignty: applications
8. Ubiquity of information and the determination of jurisdiction
9. Regulatory Europeanization and the nationalization of enforcement

III - Principles of the open Internet

10. Freedom and equity in access and traffic
11. Net neutrality
12. Constitutional issues on zero-rating

IV - Is there a right to the Internet?

13. The debate on the constitutionalization of a right (of access) to the Internet
14. Criticism of the creation of the right
15. European case law on restrictions to Internet use
16. Can someone be excluded from the Internet?

V – Liability exemptions

17. The Internet ecosystem: levels and layers (infrastructure, distribution, content)
18. Networks, platforms and individuals: on the non-existence of general surveillance obligations
19. The responsibility of intermediary service providers
20. The new rules of the Digital Services Regulation

VI - Individual identity and digitization

21. Identity protection in the digital space
22. The digitization of personal identity
23. The new eIDAS Regulation.

VII - Freedom of Expression

24. General concepts of freedom of expression
25. US case law on freedom of expression in the digital sphere
26. European case law on freedom of expression in the digital sphere
27. Freedom of expression, disinformation and violent speech
28. Freedom of expression and social networks
29. Content moderation

VIII - Privacy and data protection



30. Privacy and data protection: distinctions
31. Surveillance and the scope of the right to privacy: recent case law developments
32. Constitutional principles of the General Data Protection Regulation
33. The rights of data subjects (access, rectification, erasure, limitation, portability)
34. The weighing up of assets in personal data protection law
35. Conflict between data protection and freedom of expression
36. Right to data mobility and rules on the localization of personal data
37. International transfers of personal data
38. Collection and processing of metadata

IX - The right to be forgotten

39. The autonomization of the right to be forgotten in the digital sphere
40. The scope of the right to be forgotten
41. Recent case law developments

X - Freedom of the media and audiovisual services

1. From publishing to new audiovisual services: reformulating the constitutional concept of the media
2. Fundamental concepts and the principle of editorial responsibility
3. The Audiovisual Media Services Directive: the new audiovisual services (on-demand audiovisual services and video-sharing platform providers)
4. Country of origin principle and determination of jurisdiction
5. Content restrictions, media pluralism and protection of sensitive audiences
6. Freedom of the press and the proposed Freedom of the Media Regulation

XI - Freedom of intellectual creation

42. Freedom of cultural creation on the Internet: rules, limits and exceptions
43. Communication to the public
44. Directive 2019/790 (EU) on copyright and related rights in the digital single market, in particular Article 17.
45. The conflict between intellectual property and freedom of expression

XII - Public freedoms, online advertising and targeting

46. The commercialization of the Internet and the evolution of digital advertising
47. Digital advertising models and their impact on democracy and privacy
48. The architecture of individual choices and preferences
49. The new rules of the new Digital Services Regulation
50. The revision of the e-privacy
51. Existing rules on targeting users of social networks
52. The EU Regulation on the transparency and targeting of political propaganda

XIII - Protection of “digital vulnerabilities”

47. Concept of digital vulnerability
48. Vulnerable subjects and audiences
49. Systemic risks of surveillance programs
50. Bias and discrimination in the application of algorithmic systems
51. State protection duties in relation to vulnerable institutions

XIV - Citizens' rights vis-à-vis the Digital State

52. State and digital administration
53. The principle of automated and algorithmic legality
54. Automated and algorithmic administrative procedures



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

55. Automated public decisions

XV - The right to cybersecurity

56. The right to security, integrity and confidentiality of information systems

57. The revision of the NIS Directive (NIS2)

58. The transversal risk-based approach

XVII - Rights in the face of Artificial Intelligence systems

59. The legal concept of AI

60. Types and models of AI

61. Generative AI in particular

62. The right not to be subject to any decision taken solely on the basis of automated processing, including profiling

63. The right to human intervention and explanation

64. The debate on algorithmic transparency

XVIII - Course conclusions

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus includes a cross-cutting investigation into Internet Law and the protection of fundamental rights in the digital age

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Seminar teaching will follow the following methodology:

1. Lecture phase (presentation of the subject content in order to encourage student participation and interest in research topics and approaches)
2. Oral presentation phase on a topic selected by the student, which will form the basis of the written report.
3. Production phase of the written report

9. Evaluation:

The evaluation will correspond to the weightings of the above elements, as follows:

- 20% for phase 1;
- 30% for the presentation of phase 2;
- 50% written report for phase 3.

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The seminar model outlined here will allow for theoretical and practical classes, where students will not just be passive recipients of content, but will have legal cases, support materials and critical texts at their disposal. They will thus be able to engage in active learning and develop their research skills and interests. The aim is also to encourage students' creativity, innovation and interest in new areas of constitutional dogmatics.

11: Main Bibliography:

- MARTIN BELOV, *The IT Revolution and its Impact on State, Constitutionalism and Public Law*, Oxford: Hart Publishing, 2021.
- ORESTE POLLICINO, *Judicial Protection of Fundamental Rights on the Internet*, Hart, 2012
- ORESTE POLLICINO AND GRAZIELLA ROMEO, *The Internet and Constitutional Law: The protection of fundamental rights and constitutional adjudication in Europe*, Routledge, 2016
- GIOVANNI DE GREGORIO, *Digital Constitutionalism in Europe: Reframing Rights and Powers in the Algorithmic Society*, Oxford University Press, 2022



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- FOLKERT WILMAN, *The Responsibility of Online Intermediaries for Illegal User Content in the EU and the US*, Elgar, 2020.
- ORESTE POLLICINO, MARCO BASSINI, GIOVANNI DE GREGORIO, *Internet Law and Protection of Fundamental Rights*, BOC, 2022.
- THOMAS WISCHMEYER / TIMO RADEMACHER (ed.), *Regulating Artificial Intelligence*, Springer, 2020
- ANDREW MURRAY, *The Regulation of Cyberspace Control in the Online Environment*, Routledge, 2007
- CARLOS BLANCO DE MORAIS, GILMAR FERREIRA MENDES, THOMAS VESTING, *The Rule of Law in Cyberspace*, Springer, 2022.
- ANDREJ SAVIN, *EU Internet Law* (3a ed.), Elgar, 2020

Também:

- HELEN NISSENBAUM “A Contextual Approach to Privacy Online”, in *Daedalus*, Vol. 140, No. 4, Protecting the Internet as a Public Commons, MIT Press, 2011.
- ADRIENNE STONE e FREDERICK SCHAUER, *The Oxford Handbook of FREEDOM OF SPEECH*, Oxford University Press, 2021
- JACK M. BALKIN, “Free Speech in the Algorithmic Society: Big Data, Private Governance, and New School Speech Regulation”, *University of California, Davis*, Vol. 51, 2018
- JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, “O Âmbito Constitucionalmente Protegido da Liberdade de Expressão”, in Carlos Blanco de Moraes, Maria Luísa Duarte, Raquel Alexandra Brízida Castro (coordenação), *Media, Direito e Democracia*, Almedina, 2014.
- PEDRO LOMBA, *Liberdade de Expressão no Contexto Comercial: Comunicações comerciais e as fronteiras entre autodeterminação económica, competência pública e discurso público*, no prelo, 2022
- JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de Expressão – Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*, Coimbra Editora, 2002.

12: Remarks:

N.A

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.